

ao mundo sobrenatural. Em sua empreitada analítica, Lévi-Strauss trabalhou com 165 mitos, que extrapolam os limites da América do Sul, ao contrário do que acontece no primeiro volume. No entanto, *O cru e o cozido* trabalha com categorias que podem ser consideradas universais, ao passo que *Do mel às cinzas* permanece circunscrito a uma dicotomia exclusivamente americana. Apenas o mel possui a mesma amplitude: “As metáforas inspiradas pelo mel se incluem entre as mais antigas de nossa língua e de outras que a precederam. Os hinos védicos associam frequentemente o leite e o mel, os quais, segundo a Bíblia, fluirão pela terra prometida. ‘Mais doce que o mel’ são as palavras do Senhor. O mel era a oferenda por excelência que os babilônios faziam aos deuses, pois estes exigiam um alimento que não tivesse sido tocado pelo fogo. Na *Iliada*, as jarras servem de oferendas aos mortos” (p. 13). Lévi-Strauss chama a atenção para o fato de que o mel e o fumo são substâncias comestíveis, “mas nem um nem outro dizem respeito à cozinha”. O mel é o produto das abelhas e já está pronto para o consumo; o fumo é incinerado para que a sua fumaça possa ser aspirada. Ao contrário do mel, o tabaco era desconhecido pelos habitantes de outros continentes até a chegada dos europeus na América, por isso o conhecimento de ambos os produtos era exclusivo da América do Sul.

Enfim, esses dois volumes proporcionará uma leitura estimulante para antropólogos ou não. É preciso destacar ainda o cuidado primoroso com a edição e, principalmente, a excelente tradução de Beatriz Perrone-Moisés

ROQUE DE BARROS LARAIA
é professor titular de antropologia da
Universidade Católica de Goiás e professor
emérito da Universidade de Brasília.

A Nova Ortodoxia Judaica em São Paulo

Marta F. TOPEL, *Jerusalém & São Paulo: a nova ortodoxia judaica em cena*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2005. 313 páginas.

Gabriel Bolaffi

Durante a sua história milenar, o judaísmo foi sempre arejado ou sacudido por inúmeros vendavais renovadores. Para não ir longe demais, lembremos o falso messias Shabtai Zvi, no século XVII, o movimento Hassídico e seus opositores (*Mitnagdim*), no século XVIII, e que até hoje tem seus adeptos, ou quase. O iluminismo judeu, deslanchado por Napoleão quando emancipou os judeus na França e nos países invadidos, o judaísmo ortodoxo, reação ao iluminismo, o Sionismo e, finalmente, o judaísmo comunista, ao qual Stalin prometera uma República Judia-Soviética, para não falar no judaísmo reformado e outros menores. Como é sabido, a maioria dessas inovações foi gerada por eventos históricos alheios aos judeus, como as Matanças de Chemielnicky (1654), o Pogrom¹ de Kishinev e outras manifestações de anti-semitismo.

Felizmente, no Brasil nunca houve problemas dessa ordem ou similares. Não obstante, de um par de décadas para cá, cidadãos paulistanos e de outras cidades grandes do país, principalmente em bairros de classe média alta como Higienópolis ou Jardim Paulista, em São Paulo, estão cada vez mais curiosos e intrigados. Quem são esses senhores, senhoras e crianças pálidas vestidos de preto, os homens, trajando uma túnica, com longas barbas e longos cachos nas temporas, sempre de chapéu e mulheres muitas vezes usando perucas, que andam em grupos, geralmente ao cair da noite? Os que alguns chamam de “pinguins” em virtude da túnica preta sobre a camisa branca? É o que a antropóloga Marta F. Topel, da USP, procura explicar no seu interessante livro, recém-publicado, *Jerusalém & São Paulo: a nova ortodoxia judaica em cena*.

Os judeus começaram a chegar no Brasil no final do século XIX e no decorrer do século seguinte; vieram das regiões mais díspares do velho

mundo. Do Marrocos, vieram para Manaus e Belém; da Europa Central e da Turquia, para as grandes e pequenas cidades do centro sul, e também, em escala menor, para Recife e Salvador. Houve colonização judia organizada para colônias no interior do Rio Grande do Sul, como, nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, a imigração de judeus alemães, italianos e outros que temiam o nazismo e fugiram para cá com suas famílias. Foi, portanto, uma onda migratória complexa e variada. Os judeus que aqui aportaram não falavam a mesma língua e muitas vezes nem tinham a mesma liturgia religiosa. Muitos falavam idiche, outros apenas a língua de seus países de origem. Eram observantes, mas não particulamente praticantes. Eles foram se agrupando em diferentes comunidades de origem e sinagogas distintas, mais como forma de sociabilidade comunitária do que de religiosidade.

Em São Paulo, os oriundos da Alemanha e da Europa Ocidental tenderam a agrupar-se em torno da Congregação Israelita Paulista, melhor organizada, mais liberal e universalista, ao passo que turcos, poloneses, lituanos, húngaros etc. criaram suas próprias sinagogas. O mesmo aconteceu com os judaicos de bairros, como Pinheiros, Vila Mariana e Cambucí. Mas nenhuma delas, à exceção da sinagoga Alemã, localizada na rua da Consolação, tinha cunho ortodoxo. Isso porque a própria seleção imposta pela emigração fez com que para cá viessem aqueles, senão mais assimilados ao mundo moderno, ao menos mais influenciados pelas marcas deixadas no judaísmo pelo iluminismo judeu (*baskalá*) do século anterior. Aliás, muitos eram politizados e filiados a diversos agrupamentos sionistas de todas as matizes. A maioria era sionista de esquerda, mas também havia os de centro. Também havia comunistas, e não eram poucos. Em 1950, existiam apenas dois pequenos núcleos religiosos, um reunido em torno do rabino Walt e outro, o do Munkacher *Rebe*. De lá para cá, as comunidades judias de São Paulo e do Rio de Janeiro cresceram e se tornaram mais organizadas, sempre em moldes modernos. Em São Paulo, graças à expansão da Congregação Israelita Paulista, da fundação da Hebraica, do Hospital Alberto Einstein e de inúmeras instituições menos conspícuas.

Eis que, como nos relata Marta Topel, a partir dos anos de 1960, rabinos ortodoxos prove-

nientes de Israel e dos Estados Unidos iniciam uma campanha de proselitismo e conversão para a obsoleta ortodoxia judia. “Em 1966 começa a funcionar, em Petrópolis a *yeshivá* (seminário) Machané Israel, com vinte alunos, em sistema de internato”. Essa iniciativa não contou com o menor apoio das instituições judias locais e provavelmente só prosperou graças aos pingues recursos com que contou. O próprio rabino Binjamini, diretor do seminário, reconheceu à autora que a recusa das famílias judias em enviar seus filhos ao seminário decorreu do receio de que o judaísmo ortodoxo constituísse uma ameaça à unidade familiar e a certos valores do mundo moderno. Ainda assim, ao longo de mais de quatro décadas de atuação, centenas de meninos e adolescentes fizeram uma passagem pelo seminário, e alguns ali permaneceram até os 22 anos. Em meados dos anos de 1970, formaram-se três novos rabinos ortodoxos. Na mesma época, em São Paulo, outros rabinos, de outras filiações ortodoxas, realizaram proselitismo análogo. Atualmente há também um seminário em Cotia.

Como antropóloga, Marta Topel decidiu reconstruir essa trajetória, ancorada em uma pesquisa exaustiva, com absoluto distanciamento e isenção, o que nem sempre se poderia esperar diante de um objeto tão controvertido. A ortodoxia judaica, como aliás a maioria dos fundamentalismos, é completamente incompatível com a vida contemporânea, o que se evidencia pelos breves trechos que a autora dedica às pequenas situações de judeus convertidos ao rigor rabínico, em seu livro. É por isso mesmo que não tenho receio que tal fenômeno possa se expandir consideravelmente. Sempre haverá mecenas, como o Sr. Safra e outros, dispostos a fazer doações vultuosas para estimular a ortodoxia. Conforme a autora, o Sr. Safra costumava fazer uma contribuição anual às escolas judias leigas, na condição de que elas mantivessem na instituição um professor ortodoxo. O Sr. Safra é um judeu muito observante, mas não creio que seja ortodoxo. Provavelmente, seu mecenato decorre da crença de que a presença de judeus ortodoxos pode contribuir para a preservação do judaísmo brasileiro como um todo, fortemente ameaçado pela assimilação, por casamentos mistos e pelo caldeamento (*melting pot*) que caracterizam nossa cultura. Essa visão predominou nos Estados Unidos

até o final da década de 1950, quando o judaísmo organizado se tornou mais e mais retrógrado. O *melting pot* significaria o fim inexorável do judaísmo! Passou-se, então, a se defender a tese de uma sociedade pluralista, na qual cada grupo etno-cultural teria seu lugar assegurado.

Os capítulos 5, “Jugo dos mandamentos (*Mitzvoit*)”, e 6, “Múltiplos desafios enfrentados pelas judias convertidas à ortodoxia”, merecem atenção especial. O jugo dos mandamentos é pesado, e seu aprendizado, terrível. É preciso praticar 613 preceitos, dos quais 365 (como os dias do ano) são negativos e 248 (correspondentes à noção que um rabino do passado tinha das partes do corpo humano), positivos. Some-se a isso o que os judeus chamam de “muralhas adicionais” (*gader*), isto é, normas para garantir que nenhum dos mandamentos básicos seja infringido. É regra pra ninguém botar defeito! Quanto às mulheres convertidas, além de uma interessante discussão sobre o papel subalterno da mulher no judaísmo, aliás como em todas as demais religiões, Marta Topel fornece um quadro comovente sobre como a feminilidade consegue se expressar, às vezes até com alguma faceirice em circunstâncias tão plúmbeas.

Pessoalmente acho que os judeus ortodoxos são nocivos à sociedade, entre outras razões, por que não trabalham. Dedicam todo o seu tempo ao estudo das escrituras e de suas interpretações. Alguns, com um pouco de neurônios a mais, reinterpretam velhas interpretações já interpretadas. São sustentados por doações de judeus pouco religiosos que talvez esperem obter alguma indulgência à moda do Papa Julio 2º. Quando essas doações não bastam, os prosélitos são despachados para Israel, onde viverão às custas do Estado.

De um tema complexo, controvertido e muito atual, Marta Topel produziu uma bela obra.

Notas

- 1 Pogrom, nome russo dado às perseguições em massa dos judeus durante o século XIX.

GABRIEL BOLAFFI é sociólogo, professor aposentado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

As realidades que as “tribos urbanas” criam

José Machado PAIS e Leila Maria da Silva BLASS (orgs.). *Tribos urbanas: produção artística e identidades*. São Paulo, Annablume, 2004. 234 páginas.

Fraya Frehse

Ao elegerem como tema primordial de estudo as chamadas “tribos urbanas”, os organizadores deste livro sabiam que pisavam num chão já bastante palmilhado, nas últimas décadas, pelas ciências sociais devotadas ao contexto urbano. Um chão, por isso mesmo, marcado por pontos de vista específicos a respeito da noção de “tribo urbana”.

A partir de 1985 o sociólogo francês Michel Maffesoli começava a utilizar o termo “tribo urbana” em seus artigos, e em 1988 surgia o seu *Le temps des tribus: le déclin de l'individualisme dans les sociétés postmodernes*. O uso da noção era metafórico, para dar conta de formas supostamente novas de associação entre os indivíduos na “sociedade pós-moderna”: o autor fala em “neo-tribalismo”. Seriam essencialmente “micro-grupos” que, forjados em meio à massificação das relações sociais baseadas no individualismo e marcados pela “unissexualização” da aparência física, dos usos do corpo e do vestuário, acabariam, mediante sua sociabilidade, por contestar o próprio individualismo vigente no mundo contemporâneo.

Alguns anos depois, José Guilherme Magnani (1992) retomava, no contexto brasileiro e numa perspectiva antropológica, a noção de “tribo urbana” a fim de problematizar o seu uso ambíguo não apenas na mídia, mas também em “pesquisas e trabalhos ditos científicos” – embora não haja no texto qualquer referência explícita a Maffesoli. O antropólogo brasileiro argumenta em favor de contextualizações do emprego da metáfora, já que o “domínio original” de tribo seria a etnologia e, no âmbito desta, a análise de formas de organização social que transcendem os particularismos dos grupos domésticos e locais (Magnani, 1992, p. 49). Já a utilização do termo